

1. Introdução

Segundo os dados obtidos nas escavações da Alcáçova de Santarém, decorridas entre 1983 e 2001, sob a direcção da professora Ana Margarida Arruda, a ocupação pré-romana remonta pelo menos ao séc. VIII a.C.

A obtenção de datações de radiocarbono confirmaram uma presença orientalizante em época recuada segundo as cronologias tradicionais.

A circulação de bens e produtos para estas paragens efectuou-se com apreciáveis discontinuidades e com diferentes ritmos ao longo de mais de cinco séculos.

As análises efectuadas que passamos a apresentar denunciam algumas destas alterações ou tendências nos hábitos de consumo.

1.2. Localização e enquadramento geográfico

A cidade de Santarém situa-se na margem direita do Tejo, a aproximadamente 80 km da foz do rio. A Alcáçova possui um amplo planalto implantado no maciço calcário estremenho, sobranceiro ao rio Tejo escarpado nas vertentes sul, este e oeste.

O sítio possui uma acessibilidade favorável do ponto de vista fluvio-marítimo podendo ter funcionado na antiguidade como porto com acesso ao interior.

A sua proximidade do rio aliada à implantação em altura confere ao planalto uma posição estratégica fundamental, de grande domínio visual sobre o Tejo e as lezírias envolventes.

Actualmente o planalto abrange uma área de 4,5 Ha e atinge uma cota máxima de 106 metros acima do nível médio das águas do mar, é constituído fundamentalmente pelo Jardim das Portas do Sol e por alguns edificadros de cariz religioso e habitacional (Arruda, 1999-2000).

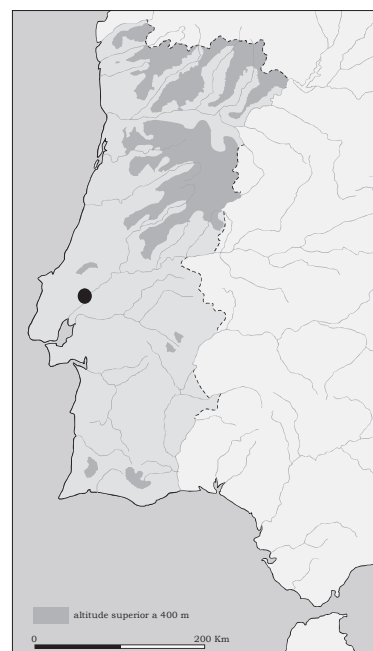


Fig. 1. Localização de Santarém no território português (base cartográfica de V. S. Gonçalves)

2. As ânforas – Análise do conjunto

O conjunto em estudo corresponde aos contentores de transporte pré-romanos exumados nas campanhas de escavação decorridas entre 1983 e 1997. Na análise morfológica não foram equacionados os fragmentos de fundo e asa, tendo incidido a caracterização tipológica apenas nos 130 fragmentos de bordo existentes.

Embora não seja um conjunto muito numeroso de fragmentos ou de exemplares, trata-se de uma amostra diversificada no que respeita à forma e origem dos contentores, abrangendo um largo espectro cronológico.

A apresentação dos tipos existentes será efectuada segundo uma perspectiva cronológica, das formas mais antigas para as mais recentes. A análise macroscópica das pastas foi efectuada previamente tendo sido posteriormente integrada no estudo das formas presentes.

2.1.R1

As mais antigas importações anfóricas identificadas na Alcáçova de Santarém enquadram-se formalmente no tipo R1 ou “Ânforas de Saco”.

A sua produção está atestada desde o séc. VIII a.C. até pelo menos ao séc. VII/VI a.C. embora algumas cronologias apontem para a existência de exemplares mais tardios de produção ocidental (Pellicer Catalán, 1978: 372).

A sua produção e comercialização em larga escala reflectiu-se nas múltiplas variações formais ao nível do bordo, o que originou uma sub-divisão formal partindo de um pressuposto cronológico.

Deste modo o T.10.1.1.1. de Ramon Torres representa o modelo anfórico mais antigo, o primeiro a ser fabricado nos centros fenícios do Estreito de Gibraltar (Ramon Torres, 1995: 229). A sua presença está atestada em toda a área de influência fenícia do Extremo Ocidente Peninsular, em contextos por vezes anteriores ao séc. VII a.C. (Ramon Torres, 1995: 277).

No que respeita aos conteúdos, esta forma é associada ao comércio de vinho, dada a sua importância no âmbito colonial (Ramon Torres, 1995: 279).

Na Alcáçova de Santarém foram exumados 14 fragmentos de bordo desta forma.

O tipo 10.1.2.1. é uma forma claramente inspirada no tipo anterior, que corresponde a uma evolução e diversificação do T.10.1.1.1., são contentores manufacturados em pequenas indústrias locais que se encontram dispersas por todo o Extremo Ocidente Mediterrâneo e Atlântico que tentaram reproduzir um “perfil ideal”.

A diferenciação formal entre este tipo e o anterior nem sempre é clara, ambos possuem corpos, asas e fundos muito semelhantes, a distinção é feita sobretudo ao nível do bordo que se apresenta habitualmente com um lábio ligeiramente exvertido e espessado interiormente.

Ao nível dos conteúdos há uma certa indefinição podendo estes recipientes terem sido utilizados para transporte de vinho, conservas de peixe ou de carne (Ramon Torres, 1995: 280). Na Alcáçova de Santarém o T.10.1.2.1. é claramente maioritário representando 73% do conjunto, enquanto que as T.10.1.1.1. representam apenas 27%.

Numa análise de conjunto pudemos verificar que ambos os tipos estão presentes nos mesmos grupos de fabrico, embora distribuídos de diferentes formas, sendo o fabrico 2 claramente dominante.

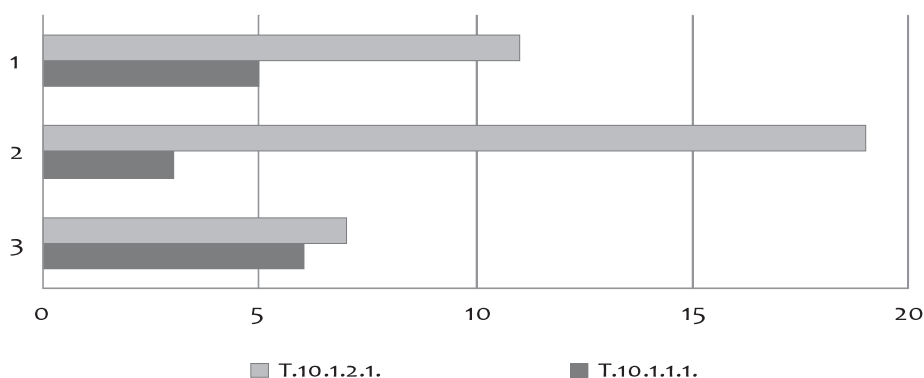


Gráfico 1. Fabricos identificados em ânforas R1

Cerca de 50 % dos exemplares apresenta um revestimento de engobe de cor castanha ou vermelha, aplicado sobre a superfície externa da peça. Estes revestimentos estão documentados quase exclusivamente em exemplares mais tardios.

Os contextos da Alcáçova de Santarém onde estas ânforas estão documentadas revelam que as ânforas R1 são claramente residuais nos estratos preservados, nunca ultrapassando os 15% do total dos materiais recolhidos.

Deste modo, embora o número de exemplares do tipo R1 seja expressivo no âmbito das importações anfóricas da Idade do Ferro é claramente residual quando comparado com outros tipos cerâmicos contextualizados, nomeadamente em relação à cerâmica manual e à cerâmica comum.

De um modo geral, no território português, estes recipientes estão presentes em todos os sítios com uma presença material de cariz orientalizante como no Castelo de Castro Marim, em Santa Olaia ou ainda em Abul (Silva et al., 1980-81).

2.2. A forma B/C de Pellicer

Optámos por integrar um conjunto de fragmentos de bordo no âmbito de um grupo mais vasto, denominado B/C. Trata-se de bordos engrossados no exterior, de tendência semicircular ou circular e reentrantes (Pellicer Catalán, 1978). Na Alcáçova de Santarém esta forma está documentada em todas as suas variantes: a variante B/C 1 de bordo trapezoidal é maioritária, representa 48% dos exemplares desta forma, a variante B/C 2 de bordo circular, bem documentada com 12 exemplares (33%) e a variante B/C 3 de bordo destacado, de secção ovalada 16%. Estas últimas surgem no Cerro Macareno entre a segunda metade do século V e o terceiro quarto do século IV a.C. (Ibidem). A partir de este momento e até meados do século II a.C., encontram-se modelos mais evolucionados destas mesmas Formas B/C3 que representam apenas 3% da amostra.

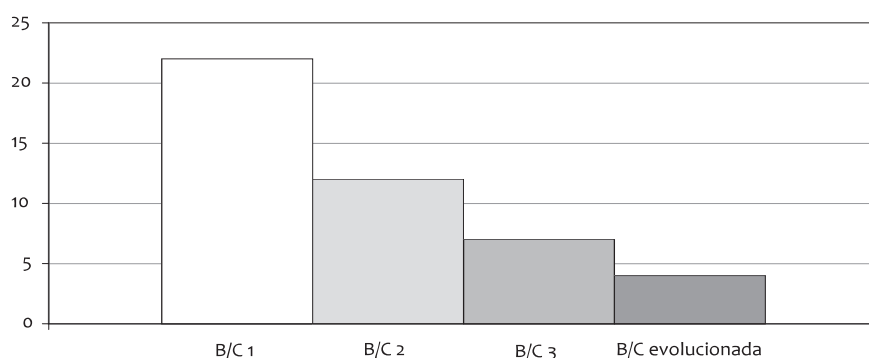


Gráfico 2. Variantes da forma B/C de Pellicer

Os fabricos parecem estar claramente associados às variantes formais e ao seu significado cronológico, deste modo, num momento mais recuado encontramos fabricos similares entre as variantes B/C1 e as T.10.1.21. de Ramon Torres, sendo os fabricos entre variantes B/C1, 2 3 e evolucionada claramente distintos.

No território actualmente português, podemos encontrar alguns sítios que forneceram ânforas do tipo B/C, sendo uma forma particularmente bem documentada nos sítios algarvios como em Tavira (Maia, 2004), no Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993), em Vila Velha de Alvor (Gamito, 1998), em Castro Marim (Arruda et al., no prelo) e Faro (Arruda et al., 2005) ou no Moinho do Pinto (Odeleite) (Freitas e Oliveira, no prelo). Destaca-se ainda a recolha de exemplares em Miróbriga (Soares e Silva, 1979) e nos Chões de Alpompé (Diogo, 1993).

2.3. Forma D

Forma D corresponde a ânforas de tendência cilíndrica, sem colo, de boca estreita e com bordo muito reentrante, sem espessamento ou com um ligeiro engrossamento no exterior. O corpo é cilindróide com ombros que apresentam acentuada convexidade. Em alguns casos verifica-se um destacamento do bordo em relação ao corpo, através de uma canelura (Arruda, 2001: 76).

Na Alcáçova de Santarém esta forma está bem documentada tendo sido exumados 31 exemplares que correspondem a 23% do conjunto anfórico.

No que respeita às variantes da forma D, há um domínio da variante que apresenta uma canelura destacando o bordo em relação ao corpo, cerca de 70%, sendo claramente minoritária a variante D4.

No que respeita aos fabricos estamos perante três grupos de fabrico distintos, todos apresentam pastas grosseiras com elementos não plásticos variados e de grandes dimensões, tratando-se de possíveis produções locais. Deste modo, verifica-se uma ausência das importações da Baía Gaditana nesta forma.

O desconhecimento da produção de ânforas em época tão recuada nesta região, levou-nos a ponderar sobre a questão do conteúdo transportado. Não tendo sido identificados no território português, até ao momento, indústrias de preparados de peixe num momento anterior à presença romana, descartamos a associação directa destes fabricos a um conteúdo de piscícolas.

Na Alcáçova de Santarém documentam-se vários contextos com este tipo anfórico. A sua representação oscila entre os 5% e os 20%, em estratos onde a cerâmica comum é dominante e a cerâmica cinzenta e pintada em bandas está bem documentada.

Esta forma encontra-se maioritariamente em contextos finais da Idade do Ferro, contudo existem vários exemplares recolhidos em níveis republicanos, que atestam claramente a perduração desta forma na Alcáçova de Santarém até ao século I a.C.

Esta forma púnica, provavelmente produzida em contexto indígena, está documentada noutros locais do actual território português, nomeadamente no Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993), Chões de Alpompe (Diogo, 1993), Castro Marim (Arruda et al., 2006) e em Lisboa (Pimenta, 2005).

2.4. O tipo 12.1.1.1 de Ramon Torres

As ânforas Mañá Pascual A4 recolhidas nas escavações da Alcáçova de Santarém são bastantes escassas. Foram exumados apenas três fragmentos de bordo que representam 2% do conjunto. Os fragmentos que apresentamos inserem-se na variante 12.1.1.1. de Ramon Torres. Esta é seguramente a forma pior documentada, não tendo sido recolhido nenhum exemplar em contexto.

Embora as ânforas Mañá Pascual A4 tenham sido produzidas durante um longo período de tempo, entre finais do século VI a.C. e o século I a.C., e que possam apresentar uma considerável variação formal registada ao nível do perfil do bordo; os exemplares scalabitanos não documentam essa diversidade registando-se apenas uma variante mais tardia.

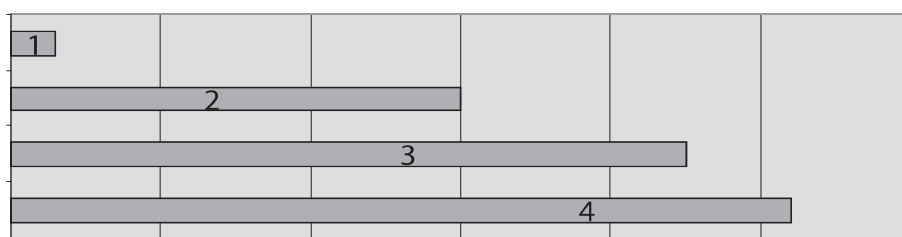
A produção desta forma está muito bem documentada em todo o Ocidente, existindo muitas evidências do seu fabrico na área da Baía gaditana. Com efeito, mais do que em qualquer outro local, é aqui que se localiza um apreciável conjunto de fornos que produziram maioritariamente ânforas Mañá Pascual A4. Os centros oleiros de Torre Alta (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1990), Pery Junquera (Gonzalez Toray et al., 2000) e Villa Maruja (Bernal et al., 2003) são bons exemplos desta produção.

Em Santarém esta forma T.12.1.1.1. apresenta apenas um fabrico enquadrável nas produções da Baía de Cádiz.

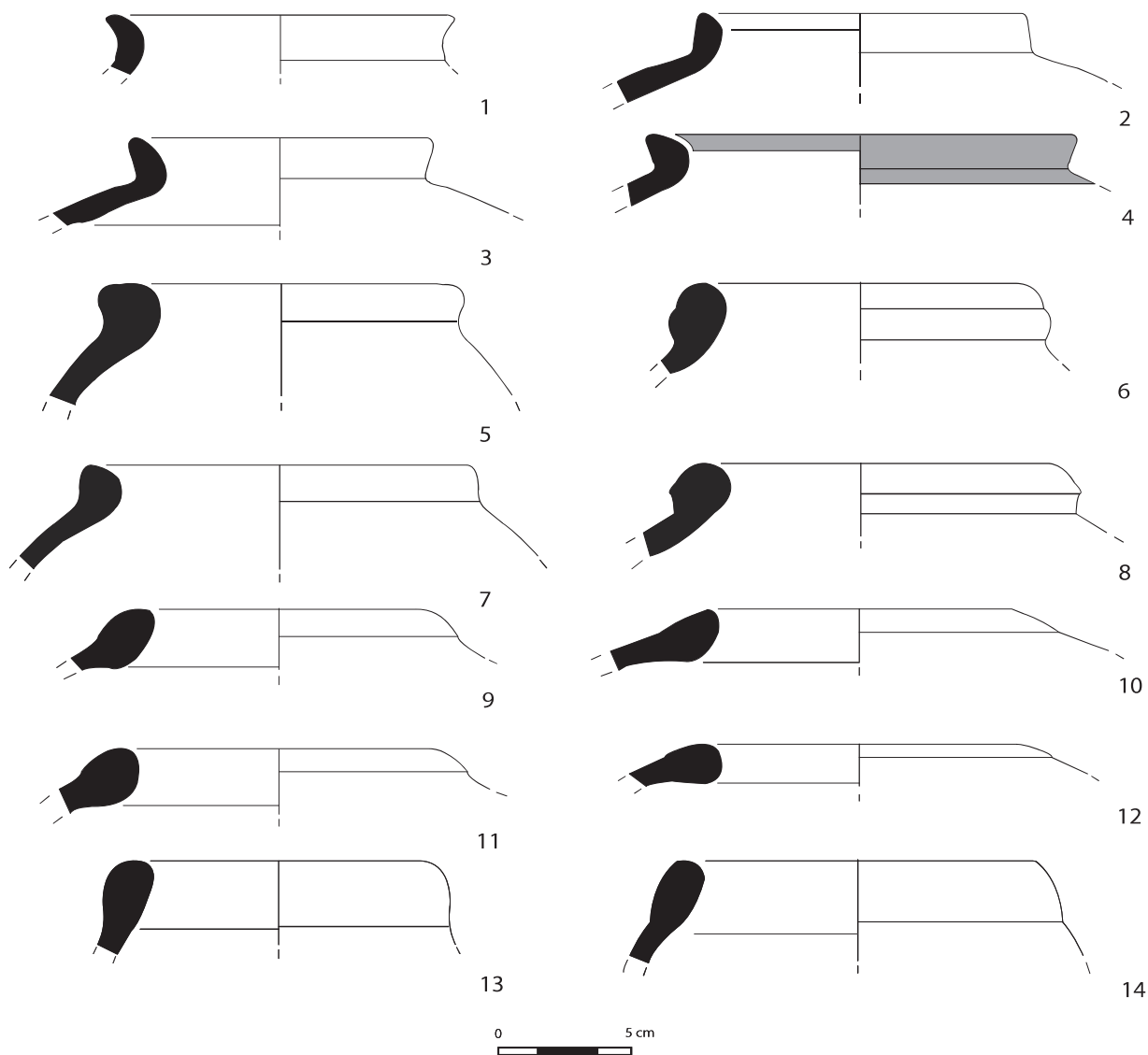
3. Considerações finais

O estudo deste conjunto anfórico, revela-nos dados importantes, que permitem por um lado caracterizar as importações ocorridas durante a Idade do Ferro, e por outro, confirmar os dados aferidos através da análise dos restantes materiais.

Ânforas pré-romanas da Alcáçova de Santarém : Os tipos representados



1-T-12.1.1.1.; 2-Forma D de Pellicer; 3-Forma B/C de Pellicer; 4-T10.1.1.1. e T10.1.2.1



Estampa I. 1 e 2: ânforas do tipo T.10.1.1.1; n.ºs 3 e 4: ânforas do tipo T.10.1.2.1;
5 a 8 ânforas do tipo B/C de Pellicer; 9 a 12: ânforas do tipo D de Pellicer; 13 e 14 ânforas do tipo T.12.1.1.1.

Deste modo, e como já referimos, a Alcáçova de Santarém foi ocupada desde épocas muito remotas, os primeiros indícios da ocupação sidérica poderão remontar ao século IX, de acordo com as datações de radiocarbono efectuadas. O desfasamento existente entre a cronologia material e as datações de radiocarbono, já discutido neste trabalho, coloca alguns problemas, e exige por parte dos investigadores algum bom sendo de modo a uma articulação entre os dados existentes.

Apesar deste facto, não restam dúvidas de que o momento mais antigo da presença fenícia neste local é caracterizado pela presença das primeiras importações anfóricas R1, bem documentadas, trata-se da forma mais abundante de todo o conjunto (foram identificadas 51 ânforas R1 que representam 40% da amostra estudada).

Esta dinâmica comercial revela a importância da presença fenícia neste local, que deverá ter funcionado como um ponto de escoamento dos recursos ali existentes. A sua localização privilegiada (nas imediações de um rio navegável), e a existência de importantes recursos na região, tiveram seguramente peso na escolha deste local.

O primeiro momento de ocupação entre o sec.VII e VI a.C. está documentado não só pela presença de ânforas do tipo 10.1.1.1. e 10.1.2.1., mas também pela cerâmica cinzenta fina polida, e por *pithoi*.

O momento correspondente aos séculos V e IV a.C. é o período pior documentado. A ausência de contextos conservados que não permitiram realizar uma caracterização do urbanismo existente, aliada à quase total ausência de materiais característicos deste período, revela uma quebra acentuada nas importações quer de cerâmica fina, quer de produtos alimentares.

O total de cinco fragmentos de cerâmica ática exumada exclusivamente em deposições secundárias, aliada ao pequeno número de ânforas características deste período, documentam esta realidade.

A escassez de importações torna-se uma realidade a partir da chamada II Idade do Ferro onde se verifica uma clara permanência de reportórios formais mais antigos de cariz orientalizante, nomeadamente a cerâmica de engobe vermelho e castanho, e cerâmica pintada em bandas.

A escassez de importações é em nosso entender uma evidência, não de qualquer tipo de abandono, mas de um fechar do sítio sobre si próprio de uma eventual redução das dimensões do povoado.

A partir do século III a.C. as produções anfóricas são constituídas quase exclusivamente por exemplares da forma D de Pellicer, que apresentam pastas escuras e grosseiras, frequentes nas produções locais ou regionais. No mesmo âmbito cronológico podemos enquadrar os exemplares do T.12.1.1.1. exumados, embora não haja registo de exemplares contextualizados, a importância destas importações prende-se com o facto de serem os únicos exemplares de importação Gaditana neste período.

A existência de ânforas de possível produção local ou regional da forma D de Pellicer, já sugerida por Ana Margarida Arruda para o Castelo de Castro Marim, coloca de novo a questão da produção de preparados piscícolas e dos respectivos contentores de envase para um período anterior à ocupação romana.

Os momentos posteriores ao século III a.C., já enquadrados no âmbito da ocupação romana estão igualmente mal documentados, registando-se apenas cinco fragmentos da forma CCNN e três fragmentos da forma recentemente individualizada Castro Marim 1.

Esta escassez na importação de produtos correspondente a um momento enquadrável entre o séc. III e II a.C. contrasta brutalmente com a realidade documentada em *Olisipo*, onde existem contextos bem característicos do sec. II a.C., com uma abundante presença de materiais béticos nomeadamente, o T.9.1.1.1 e as ânforas Maña Pascual A4.

Os vestígios da existência de intensas relações comerciais com a região da Andaluzia, bem documentados em época romana, pela presença de ânforas e cerâmica comum de origem Bética

na Alcáçova de Santarém encontra-se praticamente ausentes, em momentos imediatamente anteriores.

No futuro, juntamente com a análise de outros locais com níveis de ocupação da II Idade do Ferro desta região, será possível determinar os factores que condicionaram a presença destes produtos no estuário do Tejo.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona: Cuadernos de Estudios Mediterráneos.

ARRUDA, A. M. (2001) – Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente (Actas do Colóquio Internacional)*. Lisboa: Universidade Aberta. pp. 69-98.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006) - As importações de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. *Setúbal Arqueológica*. 13. pp. 153-176.

ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. *RPA*. vol 8, nº 1. pp. 177-208.

BERNAL, D.; DÍAZ, J. J.; EXPÓSITO, J. A.; SÁEZ, A. M.; LORENZO, L.; SÁEZ, A. (2003) – *Arqueología y urbanismo. Avance de los hallazgos de época púnica y romana en las obras de la carretera de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

DIOGO, A. M. D. (1993) – Materiais da Idade do Ferro provenientes de Chões de Alpompe. In *Os fenicios no território português*. Estudos Orientais. IV. Lisboa. pp. 215-227.

FREITAS, V. T. ; OLIVEIRA, C. (no prelo) - A ocupação proto-histórica do Baixo Guadiana.

GAMITO, T. (1994): Polícia Judiciária. *Informação Arqueológica*. 9. Lisboa: IPPAR. pp. 115-117.

GOMES, M. V. (1993) - O estabelecimento fenício-púnico de Cerro da Rocha Branca (Silves). In *Os fenicios no território português*. Estudos Orientais. IV. Lisboa. pp. 73-107.

MAIA, M. (2004): <http://www.arqueotavira.com/Estudos/PescaTavira.pdf>

PELLICER CATALÁN, M. (1978) – Tipología y cronología de las ánforas preromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. 9. Sevilla: Universidade de Sevilha. pp. 365-400.

PERDIGONES MORENO, L.; MUÑOZ VICENTE, A.; PISANO, G. (1990): La necrópolis fenicio-púnica de Cádiz, siglos VI-IV a.C. *Studia Punica*. 7. pp. 1-90.

PIMENTA, J. P. (2004) – *As ânforas romanas do Castelo de S. Jorge (Lisboa)*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

RAMÓN TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universidade de Barcelona.

SILVA, C. T. DA ; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F.; COELHO-SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas do Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. 6-7. Setúbal: MAEDS. pp. 149-218.

SOARES, J. ; SILVA, C. T. (1979) - Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. 5. Setúbal: MAEDS. pp. 159 – 184.